

Conselho de Ética investiga acusados

“A sociedade cobra um ritmo acelerado para esses processos”, diz Renan ao anunciar iniciativas para solução rápida do caso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, encaminhou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o relatório da CPI dos Sanguessugas com nomes dos parlamentares em relação aos quais há indícios ou provas de participação no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas. O documento foi encaminhado também ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

A decisão foi adotada logo após Renan ter recebido o relatório das mãos do presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia. “A sociedade cobra um ritmo acelerado para esses processos, e minha vontade é a da sociedade”, disse o presidente do Senado. A Câmara também enviou para seu Conselho de Ética representação contra 69 deputados, feita pelo PV com base no relatório da comissão. **Página 3**

Mapa da corrupção e audiência de prefeitos, os próximos passos

Até o dia 29 a CPI dos Sanguessugas realizará levantamento da participação de integrantes do Poder Executivo no esquema de compra superfaturada de

ambulâncias. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, Antonio Carlos Biscaia. Os parlamentares querem ouvir também prefeitos envolvidos. **Página 4**



Jane Araújo

Biscaia (E) e Tuma (D) ouvem o anúncio das providências adotadas por Renan



Moreira Mariz

A CPI dos Sanguessugas se reúne e discute os próximos passos: prefeitos serão ouvidos



Jane Araújo

Tuma afirma que Corregedoria vai enviar ao Conselho de Ética documentos sobre senadores citados

Cantor e apresentador defende a consolidação nacional do canal TV da Gente, emissora que “valoriza a miscigenação e a diversidade, em vez da segregação e da discriminação”

Netinho pede apoio para canal de TV dirigido por profissionais negros

Um canal brasileiro de televisão concebido e dirigido por profissionais negros. Essa foi a idéia defendida ontem pelo cantor e apresentador de TV João de Paula Neto, mais conhecido por Netinho de Paula, ex-vocalista do grupo de pagode Negritude Júnior. Netinho foi recebido no início da tarde em audiência pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, da qual também participou o presidente da Câmara, Aldo Rebelo. O cantor pediu apoio político para que o canal TV da Gente, lançado em 2005, obtenha consolidação nacional.

– Eu vim fazer aqui o que já fizeram os grandes líderes que são donos da comunicação no Brasil: pedir apoio político para que esse projeto possa crescer, já que ele é fruto de um anseio do movimento negro – afirmou Netinho.

Na avaliação do apresentador, tanto Aldo quanto Renan “adoraram o projeto” e destacaram ser uma boa iniciativa em prol da democracia. Netinho ressaltou que a programação da nova emissora é



Renan (D) e Aldo conversam com o cantor Netinho, durante audiência no Senado

diversificada e conta com programas voltados para crianças, para o público feminino, esportes, entre outros. Com o objetivo inicial de retransmitir nacionalmente por meio das principais companhias de TV a cabo (pertencentes ao Grupo Abril e à Rede Globo, frisou o apresentador), Netinho disse que o apoio político é essencial para que isso aconteça.

Ele defendeu a idéia de uma TV feita e dirigida prioritariamente por pessoas negras, afirmando que “falta um pouquinho de pig-

mentação aos profissionais que trabalham nas outras emissoras”. O apresentador garantiu que a miscigenação e a diversidade serão valorizadas pela TV da Gente, em vez “da segregação e da discriminação”.

– Não é uma TV feita só para os negros, é feita para todo o povo brasileiro. Mas é a primeira que tem a direção e a concepção feita por pessoas negras – afirmou Netinho, que também disse ter discutido sobre ações afirmativas na audiência com Renan e Aldo.

Programação voltada ao público afrodescendente

Idealizada pelo cantor e apresentador Netinho de Paula, a TV da Gente surgiu como uma nova proposta de televisão, voltada principalmente para o público afrodescendente. Parceria entre o apresentador e a empresa MDC, estreou no dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – e funciona nas instalações da extin-

ta TV Manchete, em Fortaleza. – A TV da Gente é a realização do sonho de criar um canal dirigido por negros e com programação voltada à parcela da população que não se identifica com o que vê hoje na telinha – diz Netinho.

Integra sua grade o programa *Mundo Urbano*, onde são apresentados clipes e matérias inter-

nacionais, fruto de uma parceria com o canal francês Trace. Já *Hip Hop Show* traz os novos talentos do rap nacional, com destaque para os que não têm gravadora.

A programação pode ser vista em São Paulo e em Fortaleza, na frequência UHF, nos canais 24 e 19, respectivamente, ou pelo site www.tvdagente.com.br.

Voto de solidariedade à TV Globo pelo seqüestro de seus funcionários

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou ontem, ao Plenário do Senado, requerimento solicitando voto de solidariedade e moção de apoio à TV Globo diante do seqüestro de dois de seus funcionários – Guilherme Portanova e Alexandre Calado – por bandidos do Primeiro Comando da Capital (PCC), no último sábado, em São Paulo. Calado foi solto na noite de sábado, para que entregasse à emissora mensagem dos bandidos sobre a situação nos presídios. Guilherme ficou 40 horas em poder dos seqüestradores.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional também dirigiu voto de solidariedade à emissora e ao presidente das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho.

Parnaíba e Jaú

Durante a sessão de ontem, Heráclito Fortes (PFL-PI) encaminhou requerimento à Mesa com voto de aplauso à cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, pelo aniversário de 162 anos de emancipação política. Romeu Tuma (PFL-SP) também parabenizou o município paulista de Jaú pelo aniversário de 153 anos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Plenário às 14h

O Plenário realiza sessão não-debaterativa, às 14h, destinada à leitura de expediente e a pronunciamento de senadores. Entre os inscritos para discursar na tribuna estão os sena-

dores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS)). Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados por meio da Rádio e da TV Senado.

Qualidade de vida nas instituições públicas

Entre os dias 28 e 30 de agosto está prevista a realização do II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, voltado para os servidores do Senado. As inscrições estão abertas e os interessados podem obter informações sobre o evento pelos telefones 3311-4267 e 3311-4269.

Sub-relatoria da CPI e CMO discutem Orçamento

A Sub-Relatoria de Investigações do Esquema de Fraudes na Aquisição de Unidades Móveis de Saúde, da CPI dos Sanguessugas, discute com a Comissão Mista de Orçamento (CMO), no dia 5 de setembro, sugestões do relatório para melhorar a elaboração da proposta orçamentária.

Linha direta com cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. O contato pode ser feito também pelo e-mail alosenado@senado.gov.br.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Roberto Saturnino, Romeu Tuma e Sibá Machado

Senado e Câmara adotam iniciativas que apressam exame de conclusões da CPI dos Sanguessugas; parlamentares citados terão amplo direito de defesa

Renan envia o relatório da CPI ao Conselho de Ética

Após receber do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), o relatório com os nomes dos congressistas em relação aos quais há indícios ou provas de participação no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou ontem despachos encaminhando o documento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa e ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

– A sociedade cobra um ritmo acelerado para esses processos e minha vontade é a da sociedade – afirmou o presidente do Senado, na ocasião.

Diante do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) e de outros parlamentares, Renan assinou que, a partir dos documentos ali entregues ao secretário-geral da Casa, Raimundo Carreiro, o Conselho de Ética é que vai ditar o ritmo dos processos. Sua decisão de encaminhar rapidamente a matéria, conforme explicou, foi “tomada com isenção, equilíbrio e responsabilidade”.

Mais tarde, em uma entrevista, Renan esclareceu que, se por um lado os organismos investigadores têm que correr com os processos, por outro, é fundamental garantir a todos os acusados amplo direito de defesa, que “é um instrumento elementar da democracia e da própria Constituição federal”. Ele ressaltou que fez questão de despachar imediatamente a matéria para apressar o andamento



Renan Calheiros recebe relatório da CPI, entregue por Antonio Carlos Biscaia, ao lado do deputado Marcelo Ortiz e do senador Romeu Tuma (D)

dos processos.

– Aliás, os próprios citados no relatório querem que isso aconteça.

Indagado sobre o comentário de Fernando Gabeira a respeito de resistências encontradas pela CPI mista para realizar seu trabalho, Renan reafirmou que, em todas as comissões parlamentares de inquérito, e não apenas nessa, agiu com isenção e imparcialidade.

– Eu sempre disse que, havendo número e fato determinado, tenho com relação a qualquer requerimento de CPI o mesmo comportamento, e demonstrei isso em todas as horas. E estou

acabando de demonstrar mais uma vez.

Aperfeiçoamento

Indagado sobre a proposta de emenda à Constituição que tramita na Câmara e que acaba com o voto secreto nas deliberações no Legislativo, o presidente do Senado observou que o aperfeiçoamento institucional deve ser permanente e buscado sempre.

– Esse é um dos pontos que têm que ser tocados. Claro que o voto secreto, em algumas circunstâncias, protege contra a pressão de poder econômico e de partido político, mas o voto aberto dá mais transparência ao processo

legislativo.

Renan lembrou ainda que, quando tomou posse na Presidência do Senado, fez questão de criar uma comissão para promover as mudanças regimentais que precisam avançar para modernizar o Legislativo. Disse que nomeou os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Tião Viana (PT-AC), respectivamente, relator e presidente dessa comissão, sempre no intuito de aperfeiçoar o trabalho parlamentar.

– Foi isso que fizemos aqui no Senado, ao votar as reformas tributária, do Judiciário e da Previdência. O aperfeiçoamento

institucional tem que vir. Se não fizermos isso no início do próximo governo, seja qual for o governo, o presidente vai ter muita dificuldade com a governabilidade.

O presidente do Senado também foi indagado sobre a saída do senador Ney Suassuna (PB) da liderança do PMDB. “Isso é um baque para o PMDB, presidente?”, indagou um jornalista.

– Eu fiz questão, para manter a isenção, o equilíbrio e a responsabilidade, de não entrar nessa discussão. É uma decisão da bancada do PMDB e do próprio líder – respondeu.

Câmara adota medidas para agilizar processos relativos a 69 deputados



Segundo Aldo Rebelo, decisões da Câmara garantem o amplo direito de defesa e impedem medidas protelatórias

A Mesa diretora da Câmara decidiu enviar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a representação do PV, protocolada ontem, contra os 69 deputados acusados de envolvimento com a chamada máfia das ambulâncias no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas.

Com isso, de acordo com o corregedor, deputado Ciro Nogueira (PP-PI), a investigação da Comissão de Sindicância da Corregedoria Geral da Câmara fica suspensa até o eventual surgimento de novos nomes.

Para ele, a resolução da Mesa – de encaminhar a representação diretamente ao Conselho de Ética – vai ace-

lar entre 15 e 20 dias o andamento dos processos contra os deputados.

Segundo a Secretaria Geral da Mesa, a representação será enviada ao Conselho de Ética assim que os deputados acusados (ou seus gabinetes) forem informados da decisão.

Prazos

A Mesa diretora e o Conselho de Ética adotaram ontem medidas para acelerar os processos contra os 69 deputados.

Por unanimidade, a Mesa da Câmara aprovou um ato que modificou o prazo para apresentação de defesa prévia de deputados à Corregedoria. Esse prazo passa a ser de cinco dias úteis, e não

mais cinco sessões do Plenário. “O ato não prejudica o amplo direito de defesa, mas, ao mesmo tempo, impede qualquer medida protelatória”, disse o presidente da Câmara, Aldo Rebelo.

O Conselho de Ética acolheu requerimento do deputado Nelson Trad (PMDB-MS) que permite a um mesmo integrante do colegiado relatar mais de um processo em curso. O regulamento do conselho só permitia que cada deputado relatasse um processo de cada vez. A regra anterior impossibilitaria o processo simultâneo dos 69 deputados, uma vez que o conselho tem apenas 30 integrantes e o presidente não pode relatar.

Sub-relator de sistematização do colegiado fala em apurar administrações cujos prefeitos se reuniram com parlamentares para acertar a realização de fraudes

Investigações da CPI chegam a prefeituras sob suspeita

As primeiras prefeituras a serem investigadas pela CPI dos Sanguessugas, entre aquelas beneficiadas por emendas de parlamentares sob suspeita, serão aquelas cujos prefeitos se reuniram com esses mesmos congressistas para acertar como seriam realizadas as fraudes – as quais envolviam, inclusive, a definição das empresas que venceriam as respectivas licitações. A afirmação foi feita ontem pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), sub-relator de sistematização da comissão.

A denúncia de que alguns dos parlamentares investigados teriam se reunido com prefeitos antes da liberação das verbas foi feita por Luiz Antônio Trevisan Vedoin, acusado de ser um dos principais operadores do esquema.

– Os municípios, ou melhor, seus representantes, serão chamados para confirmar se tais reuniões ocorreram ou não – ressaltou Sampaio.

Mapas

A CPI também apresentou



Diagramas relacionam emendas de parlamentares investigados a municípios beneficiados

ontem “mapas” elaborados para cada parlamentar investigado, que os relacionam, por meio de diagramas, às emendas que eles apresentaram ao Orçamento, aos municípios beneficiados, aos convênios assinados pelo Ministério da Saúde para liberar as verbas correspondentes e às empresas vencedoras das licitações, além de indicar repasses de dinheiro para as contas do próprios congressistas.

– Esses mapas são, na verdade, roteiros que demonstram e

evidenciam a participação de prefeituras e parlamentares – explicou Sampaio.

O sub-relator responsável pela investigação do Executivo, deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), declarou que a comissão solicitará o auxílio dos tribunais de contas dos estados para realizar as diligências nos contratos das prefeituras. Ele disse ainda que a CPI deverá examinar as emendas de bancadas, para verificar se delas participaram os congressistas sob investigação.

Mapa provisório da corrupção no Poder Executivo sai em 15 dias

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), anunciou ontem que até o dia 29 a comissão fará um levantamento da participação de integrantes do Poder Executivo no esquema que propiciou a compra de veículos e equipamentos superfaturados a prefeituras e ministérios. A investigação alcançará os ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Educação, e um grupo de prefeituras.

Como a CPI não obteve ontem quórum para aprovar requerimentos, Biscaia vai usar o espaço legal e administrativo de que dispõe para tomar decisões sobre as próximas diligências. O deputado disse acreditar que no esforço concentrado do Congresso – dias 4, 5 e 6 de setembro – poderão ser votados os requerimentos, inclusive os de convocação dos dois últimos ministros da Saúde: Humberto Costa, candidato do PT ao governo de Pernambuco, e Saraiva Felipe, que concorre

à eleição como deputado pelo PMDB de Minas Gerais. José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo e ministro no governo Fernando Henrique, também figura em requerimento.

A estratégia de investigação foi elaborada e decidida em reunião realizada ontem com os sub-relatores Carlos Sampaio (PSDB-SP), Júlio Redecker (PSDB-RS) e Fernando Gabeira (PV-RJ), além de assessores da comissão e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O comando da CPI e os assessores técnicos farão a partir de hoje um reexame dos documentos. Na próxima semana, viajarão a Cuiabá para ouvir o juiz federal encarregado do caso, Jefferson Schneider, da 2ª Vara Federal de Mato Grosso, e a Polícia Federal. Poderão ser ouvidos ainda o principal empresário envolvido nas fraudes, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, dono da Planam; o pai dele e sócio na empresa, Darci Vedoin; além de Ronildo Medeiros, outro empresário da máfia.

Assinatura de Ney Suassuna será conferida, diz Tuma

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), informou ontem que será realizada com urgência perícia da assinatura do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que aparece em documentos da CPI dos Sanguessugas. De acordo com Tuma, Suassuna afirmou que sua assinatura teria sido falsificada.

Romeu Tuma disse que vai encaminhar os documentos em poder da Corregedoria aos relatores designados para analisar o caso de cada um dos senadores incluídos no relatório da CPI – Ney Suassuna, Magno Malta (PL-ES) e Serys Shhessarenko (PT-MT).

Na hipótese de o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nomear uma comissão especial para apurar o eventual envolvimento dos três senadores na chamada máfia das ambulâncias, o corregedor assinalou que enviará o material para esse colegiado.

Suassuna se afasta da liderança do PMDB e do Conselho de Ética

O senador Ney Suassuna (PB) anunciou ontem em Plenário ter-se licenciado, por 60 dias, da função de líder do PMDB no Senado e renunciado ao posto de titular no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Segundo explicou, essas medidas foram tomadas pela necessidade de se dedicar à campanha eleitoral e evitar eventuais constrangimentos aos colegas de partido e ao Conselho de Ética em seu julgamento por suposta participação no esquema de compra superfaturada de ambulâncias.

Ao comunicar seu afastamento da liderança do PMDB no Senado, função que exerceu por quase dois anos, Suassuna disse que o fez por um “compromisso de respeito e afeto ao único partido da sua vida”. O peemedebista escolheu como seu substituto interino o senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Embora admita ter ficado “surpreso e indignado” com os rumos



Suassuna: decisão foi tomada para evitar constrangimentos aos colegas de partido

que tomaram os trabalhos da CPI dos Sanguessugas, que investiga irregularidades na compra de ambulâncias com verbas de emendas parlamentares ao Orçamento, o senador pela Paraíba comentou que vai “aguardar com serenidade” a etapa do Conselho de Ética. Suassuna adiantou que espera confiante o final do processo no colegiado e afirmou “ter a consciência tranqüila”.

Malta agradece mensagens de apoio recebidas pela internet

O senador Magno Malta (PL-ES) agradeceu ontem em Plenário as manifestações de solidariedade enviadas por usuários da internet em todo o país. Ele leu *e-mails* recebidos nos quais os internautas declaram acreditar em sua inocência quanto às acusações de participação no esquema de compra superfaturada de ambulâncias, com verbas provenientes de emendas ao Orçamento, revelado pela Polícia Federal na Operação Sanguessuga.

– São centenas e centenas de *e-mails*. O que me impressiona é o fato de serem *e-mails* de jovens, de universitários, de pessoas que fazem questão de dizer que não professam a mesma fé que eu, e que até discordam das minhas posições, mas que me fazem uma defesa e acreditam na mais cristalina de todas as verdades, ou seja, de que eu, absolutamente, nunca tive, nem tenho nenhum tipo de envolvimento com esse episódio que estremeceu e escandalizou o Brasil – disse.

Ao reiterar sua inocência, Magno Malta citou reportagem publicada pelo jornal *O Globo* confirmando a falta de provas contra ele. De acordo com a matéria, o próprio relator da CPI



Magno Malta reafirma não ter ligação com a máfia das ambulâncias

dos Sanguessugas, Amir Lando (PMDB-RO), teria hesitado com relação ao envolvimento de Malta no esquema de corrupção. O senador se referiu ainda a entrevista concedida pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em São Paulo, atestando a inexistência de indícios que o incriminem nos documentos reunidos pela comissão de inquérito.

Em aparte, o líder do PMDB, Wellington Salgado (MG), criticou a inclusão do nome de Magno Malta no relatório final da CPI dos Sanguessugas, uma vez que o senador nem sequer apresentou emendas ao Orçamento destinadas à aquisição de ambulâncias.

Senador apela ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, para que viabilize o exame de proposta de emenda constitucional

Tuma quer poder de polícia para as guardas municipais



Romeu Tuma é o autor da proposta que amplia a competência das guardas municipais

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) encaminhou ontem ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, solicitando que seja colocada em votação, o mais rápido possível, proposta de emenda à Constituição (PEC 534/02) de sua autoria que amplia a competência das guardas municipais, concedendo-lhes poder de polícia mediante convênios com os estados para auxiliar as polícias civis e militares.

Tuma explica em seu ofício que a proposta foi aprovada por uma comissão especial em outubro do ano passado e que o relator da matéria, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), avisou-o da premência de tramitação, uma vez que nada impede que

seja votada em Plenário.

– Aliás, figura em seu parecer a seguinte afirmação: “É público e notório que o Estado brasileiro passa por uma forte crise na segurança pública. Essa crise pode ser analisada sob duas óticas: falência do modelo de organização do sistema brasileiro de segurança pública e falta de capacidade federal e estadual para investimentos e para a manutenção da atividade de segurança pública” – acrescentou.

O senador também repudiou expressão utilizada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), quando se referiu à Polícia Federal como “polícia do presidente Lula”. Tuma observou que a PF é uma instituição repu-

blicana, independente, profissional, qualificada e dirigida por um homem (Paulo Lacerda) ético, que não é influenciado por pressões políticas.

Wellington Salgado (PMDB-MG), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Heráclito Fortes (PFL-PI) solidarizaram-se com Romeu Tuma na defesa da integridade e do profissionalismo da Polícia Federal.

O senador explicou que, como corregedor-geral do Senado, não atuará no processo dos senadores denunciados pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas, pois o presidente do Senado, Renan Calheiros, encaminhou o parecer diretamente ao Conselho de Ética.

Suplicy defende participação de Lula nos debates

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que participe dos debates com os outros candidatos à Presidência da República. O senador declarou que, ao agir assim, Lula contribuiria para o aperfeiçoamento das instituições democráticas do país.

Suplicy lembrou que, durante a campanha presidencial de 1998, criticara o então presidente Fernando Henrique, candidato à reeleição, porque este havia decidido não participar dos debates. À época, recordou o parlamentar, o ex-presidente teria dito que não participaria de debates antes do primeiro turno das eleições, mas que poderia mudar de idéia caso sua posição nas pesquisas de intenção de voto registrasse queda.

O senador lembrou ainda que afirmara, naquela ocasião, que “é inacreditável que o presidente da República [Fernando Henrique] possa ter feito uma declaração dessas; as suas palavras revelam descaço e até desprezo pela opinião pública”.

Suplicy observou que, ao participar dos debates, Lula teria “uma condição excepcional para dizer o que pretende fazer e o que faz”.



Conforme Suplicy, troca de idéias contribui para o aperfeiçoamento da democracia



Agripino: “Okamoto pagou conta de Lula com dinheiro dele ou do valerioduto?”

Agripino critica ausência do presidente na Bandeirantes

O líder do PFL, José Agripino (RN), criticou a ausência do presidente da República no debate promovido pela TV Bandeirantes. Para Agripino, Lula retirou do eleitor o direito a fazer um “juízo correto” a partir dos questionamentos que fariam seus contendores.

– Ele não é a cara do povo; posa como tal, mas está agindo com esperteza porque está agindo como quem tem algo a esconder – protestou o senador, fazendo referência aos escândalos do mensalão e da máfia dos sanguessugas.

Agripino também mencionou trecho da entrevista do presidente Lula à TV Globo, na semana passada, em que ele teria prestado esclarecimento sobre dívida com o Partido dos Trabalhadores, paga por Paulo Okamoto, presidente do Sebrae. O presidente, recordou Agripino, teria dito a Okamoto que não devia nada ao PT e que, se ele (Okamoto) quisesse pagar a dívida, que o fizesse.

– Pagou com que dinheiro? Pagou com o dinheiro do valerioduto ou pagou com dinheiro da conta dele? Por isso é que é importante a quebra do sigilo bancário [de Okamoto], que nunca se conseguiu.

ACM: declarações de Lula permitem quebrar sigilo de Okamoto

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu que o Ministério Público use como provas as declarações do presidente Lula em entrevista que concedeu ao *Jornal Nacional*, da TV Globo, na última quinta-feira, para pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a quebra do sigilo bancário do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Na entrevista, Lula disse que Okamoto teria pago contas da campanha eleitoral do PT, de maneira voluntária, mas afirmou que ele, pessoalmente, não devia nada ao partido. Okamoto afirmou à CPI dos Bingos que pagou dívida de R\$ 29,6 mil do presidente da República junto ao PT. Ele também conseguiu junto ao STF impedir a quebra do seu sigilo bancário, alegando falta de provas da comissão.

– As gravações da CPI e do *Jornal Nacional* revelarão o quanto são contraditórias as falas do presidente e de Okamoto – disse.

Antonio Carlos fez ainda duras críticas a Lula pela ausência no debate dos candidatos à Presidência da República promovido pela TV Bandeirantes na segunda-feira. Para o parlamentar, Lula “fugiu para não repetir o fracasso de sua entrevista ao *Jornal Nacional*”.



“Gravações revelarão o quanto são contraditórias as falas do presidente e de Okamoto”, diz ACM



Sibá destaca balanço das realizações e avanços conquistados na administração do PT

Sibá Machado elogia programa petista no horário eleitoral

Sibá Machado (PT-AC) elogiou o programa do horário eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estreou ontem. Segundo ele, a peça que foi ao ar deverá ser a tônica da campanha de Lula, por constituir-se num balanço das realizações e avanços conquistados na administração do PT em busca da reestruturação da economia e do bem-estar social.

O senador disse que Lula acertou ao falar sobre a reestruturação da economia e sobre o sucesso dos programas de governo que implementou, acrescentando que as críticas gratuitas ao presidente e ao seu governo são fruto do calor do debate eleitoral.

Para Sibá, Lula cumpriu em parte sua determinação de combater o desemprego por meio do fortalecimento da economia, proporcionando à população entre 2003 e 2006 um aumento de 3,5 milhões de novos postos de trabalho.

– Se deixarmos as paixões e as questões de lado, chegaremos à conclusão que a manutenção do desenvolvimento sustentável da economia vem dando resultados – enfatizou.

Comunidade Virtual do Poder Legislativo oferece a estados e municípios uma ferramenta que permitirá a publicação de diversos tipos de conteúdo na internet

Interlegis desenvolve Portal Modelo para Casas Legislativas

O Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – desenvolveu o programa Portal Modelo para Casas Legislativas, destinado a oferecer a essas instituições ferramenta que permitirá a publicação de diversos tipos de conteúdo na internet.

O principal objetivo do projeto, lançado em março deste ano, é aumentar a transparência das atividades das assembleias legislativas e câmaras municipais e a interação dos congressistas com a sociedade. O Portal Modelo também pode ser adotado por governos estaduais e prefeituras.

O portal oferece uma organização padronizada de informações (mas que pode ser personalizada), definida junto a diversas Casas que já possuem portais na

internet. A iniciativa foi adotada de forma pioneira pela Câmara Municipal de Catanduva (SP) e já vem sendo testada pela Câmara Municipal de Maringá (PR) e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, de acordo com o analista de sistemas do Interlegis Jean Ferri.

Objetivo é aumentar a transparência dos trabalhos legislativos e a interação com a sociedade

O desenvolvimento do Portal Modelo, segundo Ferri, foi feito com o emprego de ferramentas licenciadas com *softwares* livres (programas que podem ser usados, copiados ou distribuídos, em sua forma original ou com modificações), o que possibilitará a utilização ou a adaptação do programa sem custos de licença.

– O portal pode reunir informações padrões sobre o município, dados institucionais e até a previsão do tempo. Também permite

o acompanhamento do processo legislativo pela população. A pessoa que fizer o gerenciamento do programa e for publicar notícias, documentos, imagens e eventos da Casa não precisa conhecer a fundo os mecanismos da internet, pois ele funciona de forma integrada ao *software* do Interlegis. O programa tem um editor e um sistema de ouvidoria embutidos e pode ser acessado por meio de credenciais – explica.

A definição de perfis de acesso e de fluxo predeterminado de trabalho garante a segurança e a integridade das informações colocadas no portal. A utilização de *software* livre, segundo Ferri, permitirá que o Portal Modelo seja modificado sem custos e conforme as necessidades das instituições que irão adotar a iniciativa. O programa pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://portalmodelo.interlegis.gov.br>.



Foto: ILB

Solenidade contou com a presença de jovens incorporados à Marinha do Brasil

Senado comemora parceria com projeto Soldado-Cidadão

A solenidade de comemoração da parceria do Senado Federal com o projeto Soldado-Cidadão foi realizada na última segunda-feira, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

O projeto tem como compromisso proporcionar aos jovens recrutas incorporados às Forças Armadas a preparação técnica e profissional básica, a formação cívica e – ao término do tempo de Serviço Militar – o acesso ao mercado de trabalho em melhores condições de competitividade. Os soldados que participam desse programa, criado há dois anos, são voluntários e realizam o curso em regime de dedicação parcial, sem prejuízo das demais atividades de expediente e militares.

O evento nacional será implementado mediante parceria firmada entre o Ministério da Defesa e o Senado Federal, representados, respectivamente, pela Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia e pelo ILB, órgão executivo da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Estiveram presentes à cerimônia de abertura do evento servidores do Senado e do Ministério da Defesa, o diretor-executivo do ILB, Florian Augusto Madruga; o diretor de Treinamento do ILB, Carlos Roberto Stuckert; e dois representantes da Marinha do Brasil, o capitão-de-fragata Eduardo Machado Vazquez e o capitão-de-coveta Fernando Gomes Francisco.

Senado promove fórum sobre qualidade de vida

O Senado realiza, de 28 a 30 deste mês, o II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, que ocorrerá no auditório do Interlegis. Promovido pela Secretaria de Recursos Humanos da Casa, o evento contará com a participação de professores e psicólogos que irão debater a importância da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Durante o fórum, serão realizadas mesas-redondas, apresentação de painéis e de peças teatrais que discutirão a humanização do ambiente de trabalho e a prioridade dada ao atendimento às necessidades e aspirações dos servidores, que também serão

orientados sobre o conceito de responsabilidade social.

O evento contará com a participação do grupo teatral Mapa'ti e de 18 palestrantes convidados, entre eles representantes da Presidência da República, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério da Saúde e da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O fórum tem o apoio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida (IBQV) e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

Projeto quer obrigar prestação de contas por pré-candidatos

Com o objetivo de estabelecer a prestação de contas de recursos utilizados por pré-candidatos às eleições, o senador Valmir Amaral (PTB-DF) apresentou projeto de lei que aprimora as regras eleitorais da Lei 9.504/97. A proposta (PLS 205/06) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde deverá ser votada em decisão terminativa.

O autor lembra, na justificativa do projeto, que não há normas específicas para a arrecadação de fundos e prestação de contas durante o período relativo ao lançamento das pré-candidaturas – de 1º de maio do ano das eleições até a data da convenção partidária para escolha dos candidatos que vão concorrer às eleições.

Valmir ressalta também que a legislação prevê a promoção, pelo pré-candidato, de propaganda intrapartidária com a fi-

nalidade de divulgar seu nome junto ao partido. No entanto, o senador diz não entender por que não há norma legal disciplinando a arrecadação e o gasto de recursos destinados a essa propaganda, bem como a correspondente prestação de contas.

Pela proposta, o postulante à candidatura a cargo eletivo poderá arrecadar e aplicar recursos para a propaganda de sua pré-candidatura obedecendo à regra referente à arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas, atualmente aplicada aos candidatos.

O projeto determina ainda que os pré-candidatos são obrigados a divulgar na internet relatórios com discriminação dos recursos recebidos para financiamento da pré-campanha, da mesma forma que os partidos políticos, coligações e candidatos, já obrigados pela legislação em vigor. O



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Valmir Amaral receberá decisão terminativa na CCJ

documento precisa conter os nomes dos doadores com os valores doados, bem como os gastos realizados.

Os relatórios, de acordo com a proposta, devem ser divulgados pelos pré-candidatos no *site* da Justiça Eleitoral pelo menos uma vez a cada dez dias, contados a partir de 10 de maio até a data da convenção partidária. Já os candidatos a cargo eletivo deverão divulgar a prestação de contas, com a mesma periodicidade, a partir da data do pedido de registro de candidatura até o dia das eleições.



Raupp considera um erro generalizar as afirmações sobre autoridades do estado

Valdir Raupp contesta críticas de deputado petista a Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) contestou trechos de matéria da revista *Veja* desta semana sobre denúncias de corrupção contra autoridades de Rondônia investigadas pela Polícia Federal.

Suas principais críticas dirigiram-se a declarações do deputado federal Paulo Delgado (PT-MG), que teria apontado a

forte dependência econômica de Rondônia da União, afirmado que lá não existem trabalhadores com carteira assinada e defendido a intervenção federal no estado.

Em resposta às acusações do deputado, Raupp leu nota de protesto do Sindicato das Micro e Pequenas Empresas de Rondônia,

que reivindica a retratação do parlamentar. A entidade classificou as declarações de Delgado como “levianas e preconceituosas”, acrescentando que são ofensivas às 27 mil empresas dos setores de indústria, comércio e serviços do estado, que geram mais de 140 mil empregos diretos e exportaram R\$ 240 milhões

em 2005.

– Não se pode generalizar e afirmar que Rondônia é terra de bandido e corrupto – reagiu Raupp, que contou com o apoio dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Sibá Machado (PT-AC), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Leonel Pavan (PSDB-SC) em sua defesa do estado de Rondônia.

Marcos Guerra defende jornada integral em escolas públicas

Marcos Guerra (PSDB-ES) defendeu a instituição da jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental. Para isso, apresentou projeto que amplia a atual carga anual de 800 horas para 1.400, sendo que pelo menos mil horas seriam destinadas ao efetivo trabalho em sala de aula (PLS 234/06). A implantação gradual da nova carga horária seria concluída em cinco anos.

– Crianças de famílias de maior poder aquisitivo, que freqüentam estabelecimentos particulares, têm aulas adicionais, fora da escola, para complementar sua formação. Mas as mais pobres não dispõem dessa vantagem e passam o tempo nas ruas, vulneráveis à violência, ou trancadas em casa enquanto seus pais estão trabalhando – comparou Guerra.

O senador disse que a necessidade da adoção do regime integral já era sinalizada pela



Marcos Guerra propõe ampliar carga horária no ensino fundamental

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 1996, mas que até agora pouco se avançou para concretizar esse objetivo.

– A busca da qualidade na educação brasileira deve ser um objetivo de todos nós. Sem ela, não teremos jamais uma sociedade mais justa, capaz de proporcionar oportunidades a todos. Por isso, conclamo os demais senadores para que se incorporem a esse nosso esforço – concluiu.

Pavan cobra liberação de seguro agrícola para Santa Catarina

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que o governo federal não cumpriu promessas feitas aos agricultores de Santa Catarina. Segundo ele, informações da imprensa catarinense dão conta de que os produtores rurais não receberam os recursos referentes ao seguro agrícola contra quebra de safra, o ProAgro Mais, e terão que entrar com ação na Justiça contra o governo.

– O governo não deveria discriminar nenhum estado, menos ainda o sexto em exportação e sétimo em arrecadação. Além de os agricultores estarem vivendo o pior ano da história, o governo está agindo com descaso – reclamou o senador.

Pavan explicou que a retenção dos recursos teria ocorrido em função da não-aprovação dos laudos técnicos do seguro agrícola, que estão se estendendo além de seu prazo normal de 30 dias para



Pavan elogia projeto do governo de seu estado que prioriza os municípios

serem emitidos.

Descentralização

Em seu discurso, Pavan também elogiou o projeto de descentralização administrativa adotado pelo governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. Conforme o senador, o projeto está priorizando os municípios.

– A descentralização já é realidade. Os conselhos e as secretarias regionais de desenvolvimento levam o governo para perto do cidadão – disse Pavan.

Lula se equivocou sobre imunidade, afirma Simon

Supremo Tribunal Federal é que decide se processa ou não um parlamentar, observa o senador, ao lembrar que mudança foi feita por emenda constitucional de sua autoria

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente Lula está equivocado ao dizer que membros do Congresso que o criticam se escondem na imunidade parlamentar. “Hoje, quem decide se processa ou não um deputado ou senador é o Supremo Tribunal Federal, e não mais os plenários da Câmara e do Senado”, observou. A mudança foi feita por uma emenda constitucional de autoria do próprio Simon.

Simon lembrou os pedidos do procurador-geral da República para processar os deputados envolvidos no mensalão, sem qualquer interferência do Congresso. Ele opinou que talvez fosse interessante determinar algum prazo mínimo para que o STF decida sobre processos contra parlamentares.

O senador aplaudiu a recomendação de Eduardo Suplicy (PT-SP) para que Lula participe de



Para Simon, Lula não vai a debates entre candidatos com medo de Heloísa Helena

debates com outros candidatos ainda no primeiro turno.

– Acho que Lula não vai aos debates com medo da Heloísa Helena, porque ela pode apontar o dedo e dizer: no tempo em que eu era do PT, as coisas eram assim, assim e assim. Lula não tem medo do Geraldo Alckmin, porque ele pode dizer que o mensalão começou em Minas Gerais,

Fotos: Roosevelt Pinheiro

com o PSDB – opinou.

Depois de condenar mais uma vez o voto nulo, Simon sustentou que o Senado deve convidar imediatamente o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para falar sobre as ações do governo no combate à criminalidade.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, disse que o ministro quer, antes, fazer uma reunião em São Paulo com todas as autoridades estaduais e do Exército.

Simon ainda considerou “correta e respeitável” a decisão de Ney Suassuna (PB) de pedir licença da liderança do PMDB e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, para que possa se defender melhor da acusação de que teria participado de fraudes na compra de ambulâncias.

“Presidente deveria estar indignado com corruptos”, reage Heráclito

A afirmação feita por Lula, em discurso na Bahia, de que a imunidade parlamentar protege “contra safadezas”, foi criticada por Heráclito Fortes (PFL-PI). Para o senador, o instituto da imunidade protege os parlamentares “contra os tiranos do momento”, mas “infelizmente não serviu para proteger o país dos corruptos que tinham mandato” parlamentar.

– A imunidade não prende ladrão. Se alguém sem imunidade parlamentar fosse denunciar o valerioduto ou o episódio dos dólares na cueca, imediatamente seria processado por sua denúncia

– disse.

Heráclito afirmou achar estranho que Lula “em nenhum momento tenha mostrado à nação estar indignado com as pessoas de seu partido que foram acusadas nas CPIs dos Correios, do Mensalão e dos Bingos”. Lamentou que o governo, por meio de “subterfúgios e manobras”, tenha procurado “dar imunidade aos que assaltaram os cofres públicos”, inclusive promovendo esvaziamento do Plenário da Câmara para evitar algumas votações.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse que Lula não insi-



“Parlamentares estão protegidos contra os tiranos do momento”, diz Heráclito

nuou, em seu discurso na Bahia, que “desejaria o fechamento do Congresso”. Ele ressaltou que o presidente “defende intransigentemente a plenitude da democracia” e acredita que a preocupação de Lula se refere ao uso da imunidade parlamentar para evitar possíveis condenações.



Roosevelt Pinheiro

Zambiasi: em alguns estados peritos ocupam carreira diversa da polícia civil

Zambiasi quer garantir direito de porte de arma a todos os peritos criminais

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) quer mudar o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) para permitir que os integrantes de institutos de criminalística, de identificação e de medicina legal andem armados. O projeto (PLS 199/06) prevê que os integrantes de carreira desses institutos terão direito a portar arma de fogo fornecida pela instituição a que per-

tencem, mesmo fora de serviço. A matéria aguarda decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador argumenta que, apesar de o Estatuto do Desarmamento permitir o porte de arma aos integrantes das polícias civis dos estados, algumas constituições estaduais prevêem carreiras autônomas para seus

peritos criminais. É o caso da Constituição do Rio Grande do Sul, que estabelece como órgãos da segurança pública, além da Brigada Militar e da Polícia Civil, o Instituto Geral de Perícias. A esse órgão cabe a realização de perícias médico-legais e criminalísticas e os serviços de identificação, atividades que, na maioria dos estados, são atribuí-

das à polícia civil.

Na avaliação de Zambiasi, não se justifica que os peritos criminais estaduais, sob o pretexto de que, em alguns estados, integram carreira diversa da polícia civil, tenham tratamento diferenciado dos policiais civis no que se refere à permissão do porte de arma de fogo, uma vez que desempenham as mesmas atividades.

Lobão sugere fundo para desenvolver o Maranhão

Edison Lobão (PFL-MA) apresentou projeto de lei que cria o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Maranhão (FDMA) com a finalidade de prestar assistência financeira a empreendimentos que possam contribuir para o desenvolvimento do estado. O projeto (PLS 33/06) será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo à última decisão terminativa.

Na justificativa do projeto, Lobão ressalta que os estados mais pobres do país, especialmente os das regiões Norte e Nordeste, não possuem recursos que viabilizem a concessão de benefícios para a implantação de políticas e programas que atraiam investimentos. A instituição do FDMA, argumenta o autor, poderá contribuir para a instalação de empreendimentos produtivos que gerem trabalho e renda, além de modernizar e diversificar a base produtiva e descentralizar a economia em benefício dos municípios do interior do Maranhão.

Lobão considera que, apesar de apontar baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, o estado apresenta potencial para o turismo, a agropecuária e a produção industrial. Ele disse que o Maranhão possui o segundo maior litoral e o segundo maior terminal portuário do Brasil, bem como o segundo maior rebanho do Nordeste.



Célio Azeredo

Edison Lobão ressalta potencial do estado para o turismo e a produção industrial

Projeto estimula telecomunicação em comunidades não atendidas

Organizações da sociedade civil, conforme proposta de Eduardo Azeredo, terão facilidade para operar serviços não ofertados por grandes operadoras da área

A prestação de serviços de telecomunicação de interesse social, ou sem fins lucrativos, feitas por organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) em pequenas localidades poderá ser regulamentada se projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) transformar-se em lei.

A idéia é criar regras para a atuação de entidades associativas dispostas a oferecer serviços de telecomunicação a comunidades não atendidas pelas grandes operadoras. Segundo Azeredo, o PLS 124/06 aperfeiçoa a legislação do setor, que passou por uma abertura de mercado há pouco mais de dez anos. Essas entidades poderão, por exemplo, ser provedores de internet sem fio ou prestar serviços de telefonia com o uso de novas tecnologias, como voz sobre protocolo internet (Voip). Hoje, sem a lei, argumenta o sena-



Roosevelt Pinheiro

Azeredo: projeto aperfeiçoa a legislação do setor, que passou por abertura de mercado

dor, muitas dessas iniciativas não têm êxito: provedores de internet comunitários não conseguem obter autorização da Agência Nacional de Telecomunicações pelo alto preço cobrado pela licença.

O projeto determina que a prestação desses serviços será privatizada das Oscips. Tais organizações são pessoas jurídicas de direito

privado, sem fins lucrativos, que atuam em parceria com o poder público para promover ações de assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, e de educação e saúde, entre outros. Para que as Oscips atuem nas localidades, as operadoras autorizadas deverão ser consultadas para manifestar em 180 dias seu interesse ou não de iniciar o serviço no município. Somente a partir de uma recusa as organizações poderão atuar.

As Oscips terão tratamento diferenciado, com redução no pagamento de alguns impostos, e poderão ainda receber verbas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust) sem precisar, no entanto, pagar as devidas contribuições a esse fundo e ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtteel).

Comissão examina redução da Cofins para serviços

Regime mais brando de tributação em favor de empresas que prestam serviços para operadoras de telecomunicações poderá ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na primeira semana de setembro, último período de esforço concentrado de votações antes das eleições. A proposta exclui as receitas decorrentes da execução de serviços de infra-estrutura, manutenção e instalação para as concessionárias de telefonia pública da modalidade de tributação não-cumulativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Já aprovado na Câmara, o projeto de lei (PLC 34/06) do de-

putado Júlio Semeghini (PSDB-SP) ocasionará o retorno dessas prestadoras de serviços ao rol de empresas tributadas pela modalidade cumulativa. Nesse caso, o setor será tributado sem se beneficiar de créditos por impostos pagos em etapas anteriores, mas, em compensação, contará com uma redução de alíquota de 7,6% para 3% na Cofins.

Depois da CAE, a matéria será ainda examinada em Plenário. Em parecer favorável, o relator na comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), argumenta que a redução do custo tributário do setor, ao menos em tese, cria a possibilidade de queda nos preços cobrados das concessionárias.

Isenção de IR

O colegiado também deverá examinar proposta (PLS 68/05) do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) destinada a incluir a forma incapacitante da linfangioleiomiomatose – doença mais conhecida pela sigla LAM – na relação das moléstias que asseguram a seus portadores a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre os proventos da aposentadoria ou da reforma, no caso dos militares. Com parecer favorável do relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), o projeto de lei incorpora emenda, de iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que determina a inclusão da fibrose cística na mesma relação.



Célio Azeredo

Propósito é avançar no alcance social da Lei Orgânica da Assistência Social, diz Paim

Paim propõe melhor assistência ao idoso de baixa renda

Aguarda decisão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) para beneficiar o idoso de baixa renda. O projeto (PLS 169/05) prevê que a família que ganhe benefício de aposentadoria ou pensão de apenas um salário mínimo poderá pleitear o benefício assistencial de mesmo valor previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Paim argumenta que o Estatuto do Idoso abre precedente para que outro idoso de uma mesma família possa receber o benefício da Loas, ainda que alguém já o perceba. Por isso, ele considera injusto que os beneficiários de aposentadorias e pensões de até um salário mínimo não possam também ter direito a uma segunda renda, no mesmo valor, proveniente da lei.

“A atual redação da lei acaba por penalizar o aposentado ou pensionista que, inclusive, contribuiu para a contraprestação do primeiro benefício e não goza das mesmas prerrogativas do assistido pela Loas”, afirma o parlamentar. Paulo Paim argumenta que seu propósito é avançar no alcance social da lei, que, em sua avaliação, presta ao cidadão um serviço de fundamental importância para sua sobrevivência, ao mesmo tempo em que pretende dar a todos os idosos um tratamento igualitário.